

dotar Castelo de Paiva de instalações de qualidade no âmbito da sua atividade, inserindo Castelo de Paiva no “mapa de assistência permanente” em termos técnicos, a viaturas de qualquer ponto geográfico do país ou do estrangeiro, no âmbito da proteção gerada pela rede “A Oficina”.

7 — Para além do aumento da produtividade e do emprego que possa vir a verificar-se, esta parceria constitui uma mais valia qualitativa para o concelho, melhorando os padrões qualidade de vida das pessoas;

No entanto, tendo em conta que:

8 — A capacidade de expansão da atividade de IBN encontra-se coartada devido à classificação do solo no Plano Diretor Municipal na área onde é exercida, por ser considerada área florestal, tal qual outras unidades industriais sitas nas proximidades das instalações da requerente;

9 — As atividades que se exercem-se nas instalações próximas das da IBN já se encontram instaladas há mais de 20 anos e anteriores à entrada em vigor do PDM;

10 — A classificação do solo conforme foi feita pelo PDM de Castelo de Paiva na zona em questão constitui um manifesto erro material, fruto eventualmente do facto do Plano ter levado 14 anos a ser feito (início do processo em 1981 e entrada em vigor em 1995);

Nestas circunstâncias,

11 — Se já em 1995 a classificação do solo naquela zona ficou desconforme com a realidade envolvente, mais de 15 anos passados a classificação do solo em causa tornou-se completamente desajustada à realidade socioeconómica do concelho de Castelo de Paiva, fruto do desenvolvimento entretanto verificado e das necessidades surgidas, as quais se colmatam com um incremento sustentado das atividades económicas e, por consequência, do emprego e da produtividade;

12 — Acresce que não dispõe a empresa IBN, nem existem no concelho de Castelo de Paiva, localizações alternativas capazes de permitir transferir a sua atividade;

Considerando estes dados de facto, e tendo presente que:

13 — O próprio Regime Jurídico dos instrumentos de gestão territorial enuncia como princípio geral «assegurar a harmonização dos vários interesses públicos com expressão espacial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intergeracional na ocupação e utilização do território.» artigo 8.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 380/99;

14 — E que, no que aos Planos Diretores Municipais diz respeito, acrescenta aquele regime jurídico que estes «visam estabelecer:

a) A tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional;

b) A expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local;» — art.º 70.º;

15 — E que, nos termos do artigo 93.º, n.º 1 e 2 alínea a) do referido Decreto-Lei n.º 380/99 os instrumentos de gestão territorial podem ser objeto de alteração com fundamento na «evolução das condições económicas, sociais, culturais e ambientais que lhes estão subjacentes e que fundamentam as opções definidas no plano, desde que revista caráter parcial, designadamente se restrinja a uma parte delimitada da respetiva área de intervenção;».

16 — Encontram-se preenchidos os requisitos de facto e de direito para que se possa proceder a uma alteração do PDM na área em causa (melhor identificada na planta que se anexa), eventualmente precedida de adaptação das áreas limítrofes do Plano de Urbanização da Vila de Sobrado, passando a classificação do solo a ser conforme com a realidade de facto existente, permitindo assim a expansão das atividades industriais que ali se localizam e, eventualmente, outras, a bem do concelho e do país:

Com base em todo o exposto acordam as partes o seguinte protocolo:

1.º

(Objeto)

O presente protocolo define os termos e condições em que se procederá à elaboração do procedimento de alteração do Plano Diretor Municipal de Castelo de Paiva na área definida na planta anexa, sita no lugar de Fojo, freguesia de Sobrado.

2.º

(Competências e tarefas)

1 — Com a aprovação do presente protocolo compete à Câmara Municipal de Castelo de Paiva a supervisão de todo o trabalho de alteração, de acordo com as normas legais e diretrizes políticas que pretende para o concelho.

2 — Sem prejuízo das competências indelegáveis da Câmara Municipal, é da responsabilidade da empresa Irmãos Bateira Nunes, L.ª a elaboração do procedimento administrativo de alteração do PDM referido no art.º 1.º e os respetivos custos.

3.º

(Meios técnicos)

A IBN contratará uma equipa com a capacidade técnica para a elaboração dos trabalhos, a qual, previamente ao início dos mesmos, deve ser dada a conhecer à Câmara Municipal e merecer a sua aprovação.

4.º

(Eficácia)

Os efeitos do presente protocolo iniciam-se com a sua assinatura e cessação como início da vigência da alteração ao PDM aqui em causa.

5.º

(Compromissos)

1 — Na alteração do PDM a IBN compromete-se a respeitar os limites físicos definidos na planta anexa, bem como as normas legais em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 380/99 na sua redação em vigor e os Planos municipais de ordenamento do território.

2 — A Câmara Municipal compromete-se a prestar toda a colaboração necessária à IBN na realização do seu trabalho, nomeadamente, dando prioridade no tratamento do procedimento, requerendo com brevidade os pareceres externos de entidades externas que se mostrem necessários, bem como deliberando com brevidade sempre que necessário.

6.º

O incumprimento por qualquer das partes das obrigações previstas neste protocolo, confere à outra o direito à sua resolução unilateral, sem direito a qualquer indemnização.

Castelo de Paiva, dezembro 2010.

307131275

Edital n.º 848/2013

Projeto de regulamento municipal para a atribuição de subsídios

Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus, Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, torna público que a Câmara Municipal de Castelo de Paiva, na sua reunião ordinária realizada no dia 27 de junho de 2013, deliberou submeter à apreciação pública o “Projeto de Regulamento Municipal para a Atribuição de Subsídios”, para cumprimento do disposto no artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91 de 15 de novembro e com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 6/96 de 31 de janeiro.

Durante o período de 30 dias úteis a contar da data da publicação do presente edital na 2.ª série do *Diário da República*, o referido projeto de regulamento poderá ser consultado no Edifício dos Paços do Concelho, nos Serviços de Atendimento do Público, bem como no sítio www.cm-castelo-paiva.pt, e sobre o qual os interessados poderão apresentar as suas sugestões ou observações, por escrito e dirigidas ao Presidente da Câmara Municipal, no horário normal de expediente e durante o referido prazo.

Para constar e devidos efeitos, se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e no sítio da Internet atrás referido.

12 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Gonçalo Fernando da Rocha de Jesus*.

307128521

MUNICÍPIO DE CASTRO MARIM

Aviso (extrato) n.º 10747/2013

Plano de Pormenor da Zona de Lazer de Castro Marim Discussão Pública

Dr. José Fernandes Esteves, Presidente da Câmara Municipal de Castro Marim, ao abrigo do disposto na alínea v) do n.º 1 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e para efeitos do previsto no n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, torna público que:

A Câmara Municipal de Castro Marim deliberou, por unanimidade, na sua reunião ordinária de 7 de agosto de 2013, aprovar o início do

período de discussão pública da proposta do Plano de Pormenor da Zona de Lazer de Castro Marim, que será de 22 (vinte e dois) dias.

O prazo supra referido é contado nos termos do artigo 72.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro e iniciará decorridos 5 (cinco) dias da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, conforme previsto no n.º 4 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

A proposta do Plano, acompanhada da avaliação ambiental, da ata da conferência de serviços, dos pareceres da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e demais entidades intervenientes no processo, estará disponível na Unidade Orgânica de Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos (UOAUSU) da Câmara Municipal e na sede da Junta de Freguesia de Castro Marim, onde poderá ser consultada todos os dias úteis, durante as horas normais de expediente.

As sugestões ou observações a apresentar deverão ser formuladas por escrito e endereçadas ao Presidente da Câmara Municipal ou entregues diretamente na UOAUSU.

Para constar e surtir os devidos efeitos, se publica o presente aviso e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume e publicitados nos meios de comunicação social, em conformidade com as normas legais aplicáveis.

8 de agosto de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. José Fernandes Esteves*.

307185108

MUNICÍPIO DE CELORICO DE BASTO

Aviso n.º 10748/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso n.º 3921, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2013, observada a existência de reserva de recrutamento deste procedimento, foi celebrado a 19 de junho de 2013, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Carlos Joaquim Machado Gonçalves, na carreira/categoria de assistente operacional, motorista, com a remuneração correspondente à 1.ª posição, nível 1, remuneração base de 485,00€.

Para efeitos do estipulado no artigo 73.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º, da Lei n.º 59/2009, de 11 de setembro, designo o júri:

Presidente do Júri — O Diretor de Departamento, José António Peixoto Lima;

Vogais efetivos — Os Chefes de Divisão, António Pedro Pinto Sousa Teixeira e Maria José Teixeira Marinho.

Vogais suplentes — O Técnicos Superiores, Helena Maria Oliveira Martinho Costa e Paula Maria Lima Oliveira.

19 de junho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva*.

307197453

Aviso n.º 10749/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso n.º 3920, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2013, observada a existência de reserva de recrutamento deste procedimento, foi celebrado a 11 de julho de 2013, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Vítor Manuel Ramos Marinho, Fernanda Manuela Silva Carvalho e Marco Samuel Magalhães, na carreira/categoria de assistente técnico, administrativo, com a remuneração correspondente à 1.ª posição, nível 5, remuneração base de 683,13€.

Para efeitos do estipulado no artigo 73.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º, da Lei n.º 59/2009, de 11 de setembro, designo o júri:

Presidente do Júri — O Diretor de Departamento, José António Peixoto Lima;

Vogais efetivos — Os Chefes de Divisão, António Pedro Pinto Sousa Teixeira e Maria José Teixeira Marinho.

Vogais suplentes — As Técnicas Superiores, Helena Maria Oliveira Martinho Costa e Paula Maria Lima Oliveira.

11 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva*.

307197412

Aviso n.º 10750/2013

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1, do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sequência do procedimento concursal aberto por aviso n.º 3919, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 54, de 18 de março de 2013, observada a existência de reserva de recrutamento deste procedimento, foi celebrado a 19 de junho de 2013, contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com Maria Augusta Carvalho Pinto Silva e Maria Glória Almeida Costa, na carreira/categoria de assistente operacional, auxiliar dos serviços gerais, com a remuneração correspondente à 1.ª posição, nível 1, remuneração base de 485,00€.

Para efeitos do estipulado no artigo 73.º e da alínea c) do n.º 1 do artigo 76.º, da Lei n.º 59/2009, de 11 de setembro, designo o júri:

Presidente do Júri — O Diretor de Departamento, José António Peixoto Lima;

Vogais efetivos — Os Chefes de Divisão, António Pedro Pinto Sousa Teixeira e Maria José Teixeira Marinho.

Vogais suplentes — As Técnicas Superiores, Helena Maria Oliveira Martinho Costa e Paula Maria Lima Oliveira.

17 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara, *Dr. Joaquim Monteiro da Mota Silva*.

307197445

MUNICÍPIO DO CRATO

Edital n.º 849/2013

João Teresa Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal do Crato, torna público que:

1.º A Assembleia Municipal do Crato, na sua sessão ordinária, realizada no dia 19 de junho de 2013, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, na reunião realizada no dia, 20 de fevereiro de 2013, deliberou aprovar, em conformidade com a alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da mesma Lei n.º 169/99, o Regulamento Municipal de Gestão de Resíduos, Limpeza e Higiene Urbana do Município do Crato, cujo projeto de Regulamento esteve em apreciação pública, nos termos dos artigos 117.º e 118.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado e republicado pelo Decreto -Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro, conforme aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série em 18 de março, e relativamente ao qual não foi apresentada qualquer sugestão ou reclamação.

2.º Mais torna público que o referido Regulamento poderá ser consultado na página eletrónica do município, www.cm-crato.pt, e entra em vigor no dia seguinte à publicação do presente edital na 2.ª série do *Diário da República*.

3.º Para conhecimento geral se publica o presente edital e outros de igual teor que vão ser afixados no átrio do edifício dos Paços do Município e nas sedes das Juntas de Freguesia do município.

10 de julho de 2013. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Teresa Ribeiro*.

307197544

MUNICÍPIO DE CUBA

Aviso n.º 10751/2013

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pelo artigo 7.º da Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a seguir se publica o despacho de designação, em regime de comissão de serviço, de 15 de julho de 2013, pelo período de três anos, de Cármen das Dores da Silva Arrojado Estrela, no cargo de Dirigente Intermédio de 3.º Grau da Unidade de Administração e Finanças do Município de Cuba, e respetiva nota curricular:

“Francisco António Orelha, Presidente da Câmara Municipal de Cuba, no uso das competências que lhe são cometidas pelo artigo 68.º, n.º 2, alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, no que concerne à gestão e direção dos recursos humanos afetos ao serviço do Município, atendendo que:

A Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril e 64/2011, de 22 de dezembro, que aprova o estatuto do